A presença e a atuação da CNBB no atual cenário brasileiro

PACTO PELA VIDA E PELO BRASIL

(Lançado no dia 7 de abril de 2020 - Dia Mundial da Saúde)

O momento Brasil atual impõe a urgência de se CONSTRUIR UM NOVO TEMPO! Há de se conclamar Cidadãos brasileiros, mulheres e homens de boa vontade para contribuir e implementar o potencial transformador e cidadão que está indicado no **“Pacto pela Vida e pelo Brasil”**.

A CNBB é signatária deste Pacto, com outras cinco instituições (a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, a Academia Brasileira de Ciência – ABC, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, e a Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência – SBPC), com dezenas de outras adesões, e há de contribuir, como é próprio de sua missão evangelizadora, Igreja Sacramento de salvação, por sua presença servidora na sociedade, especialmente junto aos pobres e vulneráveis, com ações concretas, em níveis nacional, regional e local, para impulsionar processos de transformação na sociedade brasileira, no horizonte místico do Reino de Deus.

Somos chamados e desafiados a ter uma palavra profética, testemunho autêntico e pelo desenvolvimento de programas e projetos que fecundem uma nova civilização, com maior velocidade, em se considerando:

1. a gravidade deste momento social e político, interpelados pelo Evangelho de Jesus Cristo e pela Doutrina Social da Igreja, comprometidos com a defesa da vida e da casa comum
2. a crise sanitária, grave problemas na economia, tensões que abalam a Democracia, por responsabilidade de lideranças maiores e outros setores da sociedade, resultando numa profunda crise política e de governança.
3. as instituições, líderes e organizações civis são convocados a apresentar propostas e ações concretas, em favor da vida, principalmente dos segmentos mais vulneráveis e excluídos, por presença solidária e por palavras de consolação.

Em cada número do **“Pacto pela Vida e pelo Brasil”**, conforme princípios norteadores, indicar ações concretas em nível Nacional-CNBB/ Presidência e Comissões Pastorais + Conselho Episcopal Regional, + Províncias + Dioceses: O que? Como? Quem? Quando? A quem?

1. O Brasil vive uma grave crise – sanitária, econômica, social e política -- exigindo de todos, especialmente de governantes e representantes do povo, o exercício de uma cidadania guiada pelos princípios da solidariedade e da dignidade humana, assentada no diálogo maduro, corresponsável, na busca de soluções conjuntas para o bem de todos, particularmente dos mais pobres e vulneráveis. O momento porque passamos clama pela união de toda a sociedade brasileira, para a qual nos dirigimos aqui. O desafio é imenso: a humanidade está sendo colocada à prova. A vida humana está em risco.

- 1.1. Exigir de todos, especialmente, de governantes e representantes do povo, o exercício de uma cidadania guiada pelos princípios da solidariedade e da dignidade humana, assentada no diálogo maduro, corresponsável,
 - 1.2. Apontar soluções conjuntas para o bem de todos, particularmente dos mais pobres e vulneráveis.
2. A pandemia do novo Coronavírus se espalha pelo Brasil exigindo a disciplina do isolamento social, com a superação de muitos medos e incertezas. O isolamento se impõe como único meio de desacelerar a transmissão do vírus e seu contágio, preservando a capacidade de ação dos sistemas de saúde e dando tempo para a implementação de políticas públicas de proteção social. Devemos, pois, repudiar discursos que desacreditem a eficácia desta estratégia, colocando em risco a saúde e sobrevivência do povo brasileiro. Em contrapartida, devemos apoiar e seguir as orientações dos organismos nacionais de saúde, como o Ministério da Saúde, e dos internacionais, a começar da Organização Mundial de Saúde - OMS.
- 2.1. A pandemia do novo COVID-19 se espalha pelo Brasil exigindo a disciplina do isolamento social, com a superação de muitos medos e incertezas.
 - 2.2. Repudiar discursos que desacreditem a eficácia desta estratégia, colocando em risco a saúde e sobrevivência do povo brasileiro.
 - 2.3. Preservar a capacidade de ação dos sistemas de saúde e apontar ações para a implementação de políticas públicas de proteção social.
3. Os países democráticos atingidos pelo COVID-19 estão construindo agendas e políticas para combatê-lo de maneira própria, segundo suas características, mas, todos, sem exceção, na colaboração estreita entre sociedade civil e classe política, entre agentes econômicos, pesquisadores e empreendedores, convencidos de que a conjugação de crise epidemiológica e crise econômica assume tal magnitude, que só um amplo diálogo pode levar à sua resolução. É hora de entrar em cena no Brasil o coro dos lúcidos, fazendo valer a opção por escolhas científicas, políticas e modelos sociais que coloque no mundo e a nossa sociedade num tempo, de fato, novo.
- 3.1. Construir agendas e políticas para combate do COVID-19, na colaboração estreita entre sociedade civil e classe política, entre agentes econômicos, pesquisadores e empreendedores,
 - 3.2. Fortalecer o coro dos lúcidos, fazendo valer a opção por escolhas científicas, políticas e modelos sociais que coloquem o mundo e a nossa sociedade num tempo, de fato, novo.
 - 3.3. Analisar a conjugação de crise epidemiológica e crise econômica para articular um amplo diálogo para levar à sua resolução.
4. Nossa sociedade civil espera, e tem o direito de exigir, que o Governo Federal seja promotor desse diálogo, presidindo o processo de grandes e

urgentes mudanças em harmonia com os poderes da República, ultrapassando a insensatez das provocações e personalismos, para se ater aos princípios e valores sacramentados na Constituição de 1988. Cabe lembrar que a árdua tarefa de combate à pandemia é dever de todos, com a participação de todos -- no caso do Governo Federal, em articulada cooperação com os governos dos Estados e Municípios e em conexão estreita com as nossas instituições.

- 4.1. Exigir que o Governo Federal seja promotor desse diálogo, presidindo o processo de grandes e urgentes mudanças
 - 4.2. O Executivo Federal aja em harmonia com os poderes da República, ultrapassando a insensatez das provocações e personalismos, para se ater aos princípios e valores sacramentados na Constituição de 1988.
 - 4.3. A árdua tarefa de combate à pandemia, dever de todos, seja com a participação de todos -- no caso do Governo Federal, em articulada cooperação com os governos dos Estados e Municípios e em conexão estreita com as nossas instituições.
5. A hora é grave e clama por liderança ética, arrojada, humanística, que ecoe um pacto firmado por toda a sociedade, como compromisso e bússola para a superação da crise atual. Como em outras pandemias, sabemos que a atual só agravará o quadro de exclusão social no Brasil. Associada às precárias condições de saneamento, moradia, renda e acesso a serviços públicos, a histórica desigualdade em nosso país torna a pandemia do novo Coronavírus ainda mais cruel para brasileiros submetidos a privações. Por isso hoje nos unimos para conclamar que todos os esforços, públicos e privados, sejam envidados para que ninguém seja deixado para trás nesta difícil travessia.
- 5.1. Promover e formar liderança ética, arrojada, humanística, que ecoe um pacto firmado por toda a sociedade, como compromisso e bússola para a superação da crise atual.
 - 5.2. Afrontar, como outras pandemias, o agravamento do quadro de exclusão social no Brasil, associado às precárias condições de saneamento, moradia, renda e acesso a serviços públicos, a histórica desigualdade em nosso país.
 - 5.3. conclamar que todos os esforços, públicos e privados, sejam envidados para que ninguém seja deixado para trás nesta difícil travessia.
6. Não é justo, além de abominável, jogar o ônus da imensa crise nos ombros dos mais pobres e dos trabalhadores. O princípio da dignidade humana impõe a todos e, sobretudo, ao Estado, o dever de dar absoluta prioridade às populações de rua, moradores de comunidades carentes, idosos, povos indígenas, população prisional e demais grupos em situação de vulnerabilidade. Acrescente-se ao princípio da dignidade humana, o princípio da solidariedade – só assim iremos na direção de uma sociedade mais justa, sustentável e fraterna.

- 6.1. Dialogar e exigir do Estado o cumprimento do dever de dar absoluta prioridade às populações de rua, moradores de comunidades carentes, idosos, população prisional
 - 6.2. Trabalhar por legislação que contemple justamente os indígenas, população do campo e povos tradicionais
 - 6.3. Propor o princípio da solidariedade no cumprimento e aplicação da Constituição Federal na direção de uma sociedade mais justa, sustentável e fraterna.
7. É fundamental que o Estado Brasileiro adote políticas claras para garantir a saúde do povo, bem como a saúde de uma economia que se volte para o desenvolvimento integral, preservando emprego, renda e trabalho. Em tempos de calamidade pública, torna-se inadiável a atualização e ampliação do Bolsa Família; a rápida distribuição de auxílio financeiro a quem mais precisa, bem como a Renda Básica Emergencial, aprovada pela Câmara dos Deputados; a absorção de parte dos salários do setor produtivo pelo Estado; a ampliação de estímulos fiscais para doações filantrópicas ou assistenciais; a criação o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição Federal e em análise no Congresso Nacional; a liberação antecipada dos precatórios; a capitalização de pequenas e médias empresas; o estímulo à inovação; o remanejamento de verbas públicas para a saúde e o controle epidemiológico; o aporte de recursos emergenciais para ao setor de ciência & tecnologia no enfrentamento da pandemia; e o incremento geral da economia. São um conjunto de soluções assertivas para salvar a vida, sem paralisar a economia.
- 7.1. Discutir e implementar uma economia que se volte para o desenvolvimento integral, preservando emprego, renda e trabalho, conforme os princípios da "economia
 - 7.2. Apoiar ações para implementação da criação do imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição Federal e em análise no Congresso Nacional.
 - 7.3. Diálogo e proposição às instâncias competentes quanto a capitalização de pequenas e médias empresas; o estímulo à inovação; o remanejamento de verbas públicas para a saúde e o controle epidemiológico; o aporte de recursos emergenciais para ao setor de ciência & tecnologia no enfrentamento da pandemia; e o incremento geral da economia.
8. Ressalte-se aqui a importância do Sistema Único de Saúde-SUS, mais uma vez confirmada, com seus milhares de agentes arriscando as próprias vidas na linha de frente do combate à pandemia. É necessário e inadiável um aumento significativo do orçamento para o setor: o SUS é o instrumento que temos para garantir acesso universal a ações e serviços para recuperação, proteção e promoção da saúde.
- 8.1. Ações concretas para efetivação da importância do Sistema Único de Saúde-SUS.

- 8.2. aumento significativo do orçamento para o setor: o SUS é o instrumento que temos para garantir acesso universal a ações e serviços para recuperação, proteção e promoção da saúde.

9. Em face da expansão da pandemia e suas consequências, é imperioso que a condução da coisa pública seja pautada pela mais absoluta transparência, apoiada na melhor ciência e condicionada pelos princípios fundamentais da dignidade humana e proteção da vida. Reconhecemos que a saúde das pessoas e a capacidade produtiva do país são fundamentais para o bem-estar de todos. Mas propugnamos, uma vez mais, a primazia do trabalho sobre o capital, do humano sobre o financeiro, da solidariedade sobre a competição.
 - 9.1. Em face da expansão da pandemia e suas consequências, é imperioso que a condução da coisa pública seja pautada pela mais absoluta transparência, apoiada na melhor ciência e condicionada pelos princípios fundamentais da dignidade humana e proteção da vida.
 - 9.2. Reconhecemos que a saúde das pessoas e a capacidade produtiva do país são fundamentais para o bem-estar de todos. Mas propugnamos, uma vez mais, a primazia do trabalho sobre o capital, do humano sobre o financeiro, da solidariedade sobre a competição.